



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.7

Aprova Novo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 07 de fevereiro de 2023, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 22.000066152-7, de 07.10.2022, que foi analisado pelas Câmaras de Graduação e de Extensão, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.4, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Novo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 13/02/2023, às 16:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1308245** e o código CRC **C3D53E1E**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

Página: <https://www.uepg.br/>

Fone: (42) 3220-3000

Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.

Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES

A finalidade que justifica a existência da UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná, autarquia de direito público e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- Exercer profissões de nível superior;
- Praticar e desenvolver ciência;
- Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- Exercer a cidadania;
- Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região

Ponta Grossa está localizada no 2º Planalto Paranaense da região dos Campos Gerais. Considerada o principal entroncamento rodo-ferroviário do Sul do país, destaca-se dos demais municípios, devido à sua posição geográfica pela facilidade de acesso a todas as regiões do Estado.

Ponta Grossa teve sua origem e seu assentamento ligado ao Caminho das Tropas. No entanto, a primeira notícia de ocupação da nossa região foi em 1704, quando Pedro Taques de Almeida solicitou uma sesmaria no território paranaense.



Em 1855, Ponta Grossa foi elevada à Vila e em 1862 a município. Cada vez mais pessoas vieram para cá, e a cidade cresceu e se desenvolveu. Com a chegada dos trilhos ferroviários, Ponta Grossa tornou-se um importante centro comercial, cultural e social. A ferrovia transformou a cidade em um importante entroncamento, destacando-se na região de Campos Gerais e no Paraná. Isso levou inúmeras pessoas a escolher o lugar para trabalhar, estudar e viver.

Foi então que os imigrantes chegaram, que contribuíram para o crescimento crescente do município. Aqui se estabeleceram ucranianos, alemães, poloneses, italianos, russos, sírios e libaneses, entre muitos outros, que contribuíram para o crescimento da cidade, bem como para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural de Ponta Grossa.

O município de Ponta Grossa possui uma área territorial de 2.042 Km² com uma população estimada de 358.838 pessoas em 2021 e uma densidade demográfica estimada de 175 habitantes por km².

Verifica-se se que no ano de 2019 o PIB (Produto Interno Bruto) do município apresentou um valor de R\$ 15,6 bilhões de reais. Em 2020 o salário médio mensal dos trabalhadores formais foi de 2,5 salários-mínimos. Com um pessoal ocupado de 108.062 pessoas, perfazendo um total de 30,4% da população ocupada. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,763 sendo considerado um IDH médio.

No ano de 2021 o município apresentou 46.387 matrículas no ensino fundamental, 13.088 matrículas no ensino médio, 2.690 docentes no ensino fundamental, 1.007 docentes no ensino médio, 166 escolas de ensino fundamental e 51 escolas ensino médio. O IDEB das escolas públicas para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 6,2 e 5,2 para os anos finais do ensino fundamental

1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região centro-sul do Estado, abrangendo 22 municípios em sua área de influência, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, é uma das mais importantes instituições de ensino superior do Paraná, que resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual nº 8.837, de 08/11/49, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 32.242, de 10/02/53; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 921, de 16/11/52, reconhecida pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30/11/56, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei nº 5.261, de 13/01/66; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2.179, de 04/08/54, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/61; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 03/66, de 12/01/66, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 69.697, de 03/12/71. A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

O início das atividades da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi assinalado pela posse do Professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor e do Professor Odeni Villaca Mongruel para o cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel, pelo Decreto nº 20.056, de 06/05/70.

A segunda gestão teve início quando o Senhor Governador Dr. Emílio Hoffmann Gomes, assinou o Decreto nº 5.585, de 12/06/74, nomeando para o cargo de Reitor o Professor Odeni Villaca Mongruel e o Professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Vice-Reitor, am-bos empossados no dia 20/06/74.



Tendo em vista a sua candidatura a uma cadeira no Legislativo Estadual, o Professor Odeni Villaca Mongruel renunciou ao cargo de Reitor, no dia 13/05/78, assumindo interinamente a Reitoria, o Professor Daniel Albach Tavares, que foi, posteriormente, nomeado “pro-tempore” pelo Decreto Estadual nº 5.084, de 13/06/78.

A terceira gestão iniciou no dia 28/03/79, com a nomeação do Professor Daniel Albach Tavares, para o cargo de Reitor, através do Decreto Estadual nº 177, assinado pelo Governador Ney Braga. A nomeação do Professor Waldir Silva Capote, para o cargo de Vice-Reitor, ocorreu no dia 31/05/79, através do Decreto Estadual nº 591.

Pelo Decreto nº 226, de 29/03/83, o Governador José Richa nomeou o Professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor, dando início à quarta gestão administrativa da Instituição. A nomeação do Professor João Lubczyk para o cargo de Vice-Reitor, ocorreu através do Decreto nº 1.007, de 20/06/83.

Os dirigentes da quinta gestão, ouvida pela primeira vez a comunidade universitária, foram os Professores João Lubczyk, Reitor e Lauro Fanchin, Vice-Reitor, nomeados pelo Decreto nº 106, de 19/03/87, do Governador Álvaro Dias.

A sexta gestão, constituída dos Professores João Carlos Gomes, Reitor e Roberto Frederico Merhy, Vice-Reitor, ouvida a comunidade universitária, foi oficializada por ato do Governador Álvaro Dias, conforme Decreto nº 7.491, de 06/03/91.

O Professor Roberto Frederico Merhy, Reitor e a Professora Leide Mara Schmidt, Vice-Reitora, foram nomeados para os cargos, após consulta à comunidade universitária, pelo Decreto nº 3.828, de 22/07/94, por ato do Governador Mário Pereira, dando início à sétima gestão.

Ao fim desta, ouvida a comunidade universitária, os referidos Professores foram reconduzidos aos seus cargos, passando a figurar como o primeiro caso de reeleição desta Instituição, constituindo-se na oitava gestão, confirmada pelo Decreto nº 4.725, de 31/08/98, do Governador Jaime Lerner.

A nona gestão foi constituída pelos Professores Paulo Roberto Godoy, Reitor e Italo Sérgio Grande, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados por ato do Governador Jaime Lerner, pelo Decreto nº 6.181, de 22/08/02.

Na sequência, para a décima gestão foram escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária os professores João Carlos Gomes, Reitor e Carlos Luciano Sant’ana Vargas, Vice-Reitor, nomeados pelo Decreto nº 6.885, de 11/07/06, assinado pelo Senhor Governador Roberto Requião.

Os Professores João Carlos Gomes, Reitor e Carlos Luciano Sant’ana Vargas, Vice-Reitor foram reeleitos em 2010, após ouvida a comunidade universitária, constituindo a décima primeira gestão, oficializada por ato do Senhor Governador Orlando Pessuti, conforme Decreto nº 7.265, de 01/06/2010.

Após a nomeação do Professor João Carlos Gomes para o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pelo Senhor Governador Carlos Alberto Richa, o Professor Carlos Luciano Sant’Ana Vargas assumiu o cargo de Reitor, em complementação de mandato, através do Decreto nº 8.775, de 21/09/2013.

A décima segunda gestão teve seu início em 01/09/2014, e foi constituída pelos Professores Carlos Luciano Sant’Ana Vargas, Reitor e Gisele Alves de Sá Quimelli, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo Decreto nº 11.491, de 02/07/2014, assinado pelo Senhor Governador Carlos Alberto Richa.

A atual gestão teve seu início em 01/09/2018 e é constituída pelos Professores Miguel Sanches Neto, Reitor e Everson Augusto Krum, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária e nomeados pelo Decreto nº 10.436 de 10 de julho de 2018, assinado pela Governadora Maria Aparecida Borghetti.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: Ciências Econômicas



2.2 Habilitação/Grau:

(x) Bacharelado () Licenciatura () Tecnólogo

2.3 Modalidade de Ensino:

(x) Presencial () Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso: Campus Central

2.5 Turno de Funcionamento:

(x) Matutino () Vespertino () Integral (x) Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
Formação Básica Geral	680
Formação Específica Profissional	1870
Diversificação ou Aprofundamento	136
Estágio Curricular Supervisionado	0
Prática enquanto componente curricular	0
Extensão como componente curricular *	357
Atividades Complementares	408
Carga Horária Total do Curso	3451

* 10% do total da CH do curso. Caso tenha CH de extensão em disciplina, descontar na informação total dos grupos anteriores.

2.7 Tempo de duração do Curso:

Mínima: 4 (quatro) anos Máximo: 6 (seis) anos

2.8 Ano da Primeira Oferta: 2023

2.9 Atos Legais:

Criação: Lei Estadual nº 03/66

Reconhecimento: Decreto nº 69.697, de 03/12/71, D.O.U. de 08/12/1971

Renovação de reconhecimento: Portaria nº 110/2020

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

Campus universitário: Campus Central

Setor: Ciências Sociais Aplicadas

Departamento: Economia

Contato: 32203394: e-mail : decon.uepg@gmail.com

2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Total:	80
--------	----

2.11 Conceitos do Curso:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	2018	3
Conceito ENADE	2018	3



2.12 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

ANO	TURNO	VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES			RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA		
			Inverno	Verão	PSS	Inverno	Verão	PSS
2021	Matutino	40	30	25		2,0	1,6	
2021	Noturno	40	46	38		3,0	2,5	

2.13 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: Luiz Philippe dos Santos Ramos		
Titulação: Doutor		
Portaria de designação: Portaria Reitoria nº 543, 14/09/2021		
Formação Acadêmica: Doutor		
Graduação	Economia, UFPR, 2008	
Pós-Graduação	Doutorado, Economia, UFRGS, 2017	
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso		20
Regime de trabalho do coordenador do curso		TIDE
Tempo de exercício na IES		8 anos
Tempo na função de coordenador do curso		3 Anos

2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Marcio Henrique Coelho	Doutor	TIDE	Portaria SECISA nº 10, 22/04/2021
Reinaldo dos Santos	Mestre	40 horas	Portaria SECISA nº 19, 07/05/2021

2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Luma de Oliveira	Doutora	TIDE	Portaria SECISA nº 21, 11/06/2018
Alysson Luiz Stege	Doutor	TIDE	Portaria SECISA nº 42, 12/11/2021

2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados Ciências Econômicas – MATUTINO - 4 anos de duração

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)			Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)		
Ano de Ingresso	Nº de Vagas ofertadas	Nº de alunos ingressantes	Ano de formação	Nº de alunos concluintes	Relação formados/ingressantes (porcentagem nos últimos 5 anos)



2012	42	34	2015	17	50,00
2013	42	27	2016	08	29,63
2014	42	34	2017	14	41,18
2015	42	36	2018	13	36,11
2016	42	32	2019	08	25,00
2017	42	31	2020	01	3,23
2018	40	28	2021	11	39,29

2.17 Ciências Econômicas – NOTURNO - 4 anos de duração

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)			Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)		
Ano de Ingresso	Nº de Vagas ofertadas	Nº de alunos ingressantes	Ano de formação	Nº de alunos concluintes	Relação formados/ ingressantes (porcentagem nos últimos 5 anos)
2012	40	40	2015	20	
2013	40	40	2016	12	26,67
2014	40	40	2017	18	40,00
2015	40	38	2018	20	52,63
2016	40	40	2019	13	30,23
2017	40	36	2020	-	-
2018	40	40	2021	16	35,56

2.18 Indicadores de Qualidade da Educação Superior

Nome do Curso	CPC / Ano referência	ENADE	IDD	Ano Referência
Administração	4/2018	4	3	2018
Administração Comércio Exterior	3/2018	3	3	2018
Ciências Contábeis	3/2018	3	3	2018
Ciências Econômicas	3/2018	3	3	2018
Jornalismo (Bacharelado)	4/2018	4	3	2018
Serviço Social	4/2018	3	3	2018
Turismo (Bacharelado)	4/2018	4	3	2018
Cursos a Distância				



Bacharelado em Administração Pública – EaD	3/20 18	2	S C	2018
Tecnologia em Gestão Pública – EaD	3/20 18	3	S C	2018

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Apresentação do Curso

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criado juntamente com a então Faculdade de Ciências Econômicas e Administração pela Lei Estadual n.º 03/66 e reconhecido pelo Decreto Federal n.º 69.697 de 03.12.71. A incorporação do curso à Universidade Estadual de Ponta Grossa ocorreu pela Lei n.º 6.034, sancionada em 06.11.69 e pelo Decreto 18.111 de 28.01.70. Em 1989 com a reforma universitária, a Faculdade foi desdobrada em três Departamentos: Economia, Administração e Contabilidade.

No sentido de atender as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação foi implantado de acordo com a Res. CEPE nº 03 de 05 março de 2013; Organização de reuniões didático-pedagógicas para acompanhamento do desempenho de seu corpo docente; Participação do corpo docente do Departamento de Economia em eventos de expressão nacional, regional e local, nos quais são discutidas questões fundamentais para o meio acadêmico e para a revitalização do Curso de Economia; Análise e acompanhamento constante dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem o curso; Organização de visitas técnicas às empresas e promoção de palestras e seminários voltados à área de Economia, procurando dessa forma mostrar a realidade do mercado ao corpo discente; Implantação no ano de 2002 do laboratório de informática para atender o ensino de Economia, atentando na manutenção e modernização do mesmo atualmente.

O curso de Ciências Econômicas busca forte integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Uma das metas do PPI é a criação de programas, cursos ou eventos de extensão e o fortalecimento da pesquisa acadêmica.

O departamento de Economia tem atuado fortemente na extensão como por exemplo o Programa – Educação Empreendedora – 3ª Edição; e o Projeto Questões Ambientais, Econômicas e Sociais: práticas sobre o meio ambiente – 1ª Edição. A extensão ofertada pelo departamento busca o desenvolvimento e disseminação de modelos e atividades econômicas alternativas, levando os conceitos desenvolvidos em sala de aula para à comunidade não universitária e universitária. As atividades desenvolvidas promovem a interação da comunidade em geral com os alunos envolvidos nos projetos, permitindo que eles entendam e fundamentem os aprendizados obtidos em sala de aula na prática.

Com relação à pesquisa acadêmica, em 2017 iniciou-se o mestrado em Economia no qual 8 professores da graduação são permanentes no programa. Nos últimos anos o departamento tem aumentado o número de alunos da graduação em projetos de iniciação científica ofertados por professores ligados ou não ao mestrado. A criação da pós-graduação além de fortalecer a pesquisa, gera uma externalidade positiva aos alunos da graduação, uma vez que existe uma maior interação entre os alunos e professores com a pesquisa acadêmica de maneira geral. Além do ingresso de alunos recém-formados na graduação ao programa de mestrado em Economia.

3.2 Justificativa

Justifica-se a oferta do curso de Economia dada a busca em contribuir para a amenização das desigualdades sociais e regionais, problema historicamente não resolvido pela nossa sociedade, e que deve ser pensado em cursos com a proposta de formação profissional aqui apresentada.



3.3 Objetivos

O Curso de Ciências Econômicas tem por objetivo capacitar profissionais para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

O Curso de Ciências Econômicas objetiva formar um profissional com perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao Curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial. Para tanto, exige-se uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social; capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

3.5 Campos de Atuação

Além de fornecer o instrumental analítico básico para um Economista (teoria econômica, matemática e econometria), o Curso, procura habilitá-lo para o desempenho de funções ligadas à gestão econômica de organizações públicas e privadas, as atividades de otimização e controle da produção, à formação de preços e salários, ao investimento produtivo e às questões financeiras. Em conformidade com a legislação pertinente, são inerentes ao campo profissional do Economista as seguintes atividades:

- planejamento, projeção, programação e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza;
- Estudos, análises e pareceres pertinentes à macroeconomia e microeconomia tais como: planos, projetos, programas, acordos e tratados, contas nacionais, produto e renda nacional, renda familiar e per capita, oferta e procura, mercados, política econômico-financeira nos setores primários, pagamentos e política cambial, desenvolvimento e crescimento econômico e social, conjuntura, tendências, variações sazonais, ciclo e flutuações, valor e formação de preços, custo e tarifas, produtividade, lucratividade, rentabilidade, eficiência marginal do capital e liquidez, políticas monetárias, econômico-financeira, tributária e aduaneira, inclusive incentivos, mercados financeiros e de capitais, investimento, poupança moeda e crédito, financiamentos, operações financeiras, ocupação, emprego, política salarial, custo de vida, mercado de trabalho e de serviços, formas de associação econômica, política empresarial, situações patrimoniais, fusão, incorporações, transformação de empresas, abertura, emissões, reduções, reinversões de capital, capitalização de recursos e distribuição de resultados; depreciação, amortização e correção monetária, estratégias de vendas, canais de distribuição/divulgação, inversões em propaganda e royalties, política de estoques e manutenção de capital de giro próprio, teorias, doutrinas e correntes ideológicas de fundo econômico-social, tudo o mais que diz respeito à Economia e Finanças, à exequibilidade, rendimentos e resultados econômicos de unidades político-administrativas, mercados comuns, uniões alfandegárias ou quaisquer conglomerados ou associações, empreendimentos e negócios em geral; perícia, avaliações e arbitramentos: perícias econômicas, financeiras e de organização do trabalho em dissídios coletivos, arbitramentos técnico-econômicos.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

Curso de pós-graduação em Economia da UEPG conta com 8 professores que também lecionam na graduação. Seminários são lecionados ao longo do ano no qual os



alunos, de ambos os graus, são convidados a participar tendo, assim, contato com profissionais de renome da área.

Anualmente é realizada a “Semana de Economia”, na qual há integração entre a pós e a graduação na organização e realização do evento. Além disso, o estágio de docência dos pós-graduandos os aproxima dos alunos da graduação uma vez que ficam responsáveis por algumas aulas, sempre acompanhados pelo professor responsável, e monitorias no intuito de cumprir com pré-requisitos e auxiliar os professores do programa.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

Como apresentado anteriormente, em 2017 foi criado o programa de mestrado em Economia. Com a criação deste programa foram estabelecidos dois convênios com duas universidades.

A Universidade Federal do Paraná, no âmbito de seu programa em Desenvolvimento Econômico, manifesta conjuntamente com programa de mestrado em Economia desta universidade a intenção de promover intercâmbio de professores e estudantes objetivando a realização de pesquisa ensino e extensão. A Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha-Espanha prevê a participação do professor Alejandro Garcia Cintado como professor permanente do programa.

Neste contexto, os alunos da graduação desfrutam da interação com os professores e pós-graduandos tanto na direção de projetos de iniciação científica, aulas lecionadas, e seminários apresentados quanto no ingresso no programa de mestrado.

3.8 Extensão como Componente Curricular

O total da extensão a ser aplicada no curso se dará através de duas disciplinas específicas de extensão, na segunda e terceira série do curso, sendo estas disciplinas de caráter obrigatório, nas quais os discentes serão orientados pelos docentes do curso e poderão utilizar o conhecimento adquirido ao longo do curso na sociedade. Totalizando, assim, 344 horas como requerido na curricularização da extensão.

3.9 Flexibilização Curricular

As disciplinas de diversificação do curso serão realizadas no último ano do curso (4ª série). Assim, o discente deverá escolher duas (2) disciplinas das opções ofertadas.

3.10 Atendimento aos Temas Transversais

O tema “meio ambiente” será trabalhado na disciplina de “desenvolvimento Econômico” e “Introdução à Economia”. Libras será inserida como matéria de diversificação no quarto ano do curso.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

A mudança no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas foi motivada pelos seguintes fatores:

- a presença de muitas disciplinas de formação geral ofertadas por outros departamentos no primeiro ano de curso contribuía negativamente para despertar o interesse do acadêmico pelo Curso de Ciências Econômicas;
- as disciplinas de formação geral careciam de melhor foco, pois tratavam de aspectos demasiado amplos, os quais pouco acrescentavam na formação desejada do acadêmico de Ciências Econômicas;
- um grande conjunto de disciplinas carecia de mudanças significativas em suas ementas de modo a refletir mudanças ocorridas tanto em seu conteúdo quanto na sua conexão com as demais disciplinas do Curso;



- algumas disciplinas de aperfeiçoamento deveriam ser incluídas de modo a refletir o perfil desejado para o futuro profissional economista.
- as disciplinas constantes no currículo poderiam ser mais bem distribuídas de modo a permitir tanto um melhor encadeamento quanto melhor aproveitamento por parte dos acadêmicos em um curso com maior duração.

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição RESOLUÇÃO UNIV Nº 023, DE 07 DE JULHO DE 2016

• AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

A avaliação do rendimento escolar do acadêmico compreende:

- a) apuração da frequência às aulas;
- b) verificação da aprendizagem do acadêmico.

A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, obtiver o mínimo de 75% de frequência às aulas. A verificação da aprendizagem em cada disciplina será realizada através de instrumentos como provas escritas e práticas, exercícios de aplicação, pesquisas, trabalhos práticos e outros previstos no respectivo Sistema de Avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso, aos quais serão atribuídas notas.

Para fins de verificação da aprendizagem as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores do intervalo de zero (0,0) a dez (10,0).

O resultado da avaliação da aprendizagem será calculado através das notas:

- a) de duas (02) verificações bimestrais e do exame final, quando couber, nas disciplinas ofertadas durante meio ano letivo;
- b) de duas (02) verificações semestrais e do exame final, quando couber, das disciplinas ofertadas durante todo o ano letivo.

Ficará dispensado do exame final na disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), obtida pela média aritmética simples das duas verificações, que será considerada como nota final de aprovação na disciplina, a saber:

- a) das duas (02) verificações bimestrais, quando se tratar de disciplina de meio ano letivo;
- b) das duas (02) verificações semestrais quando se tratar de disciplina de ano letivo inteiro.

Deverá prestar exame final na disciplina o acadêmico que obtiver nota entre quatro (4,0) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas (02) verificações conforme for o caso do tipo de oferta da disciplina (meio ano ou ano inteiro).

• OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Resultado do processo de verificação da aprendizagem:

- a) Média aritmética simples das duas notas parciais:

$$NF = \frac{1^{\text{a}}NP + 2^{\text{a}}NP}{2}$$

- nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;
- nota final de quatro (4,0) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL.

- b) Média aritmética simples das notas parciais e da nota de exame final:

$$NF = \frac{1^{\text{a}}NP + 2^{\text{a}}NP + NEF}{3}$$



- nota final de seis (6,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO
- nota final de um e seis (1,6) a cinco e nove (5,9) = REPROVADO

• OBSERVAÇÕES

As siglas adotadas nas fórmulas de cálculo da média têm as seguintes correspondências: NF = nota final, 1ª NP = primeira nota parcial, 2ª NP = segunda nota parcial, NEF = nota do exame final.

- Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver:
 - setenta e cinco por cento (75%), no mínimo, de frequência, e média das duas - notas parciais igual ou superior a sete (7,0), ou;
 - média igual ou superior a seis (6,0) após a submissão ao exame final.
- Será reprovado na disciplina o aluno que:
 - não obtiver, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência, ou;
 - obtiver média das duas notas parciais inferior a dois e meio (4,0), ou;
 - obtiver nota final inferior a cinco (6,0) após a submissão ao exame final.
- Ficará impedido de prestar exame final o aluno que:
 - não obtiver, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência na disciplina, e/ou não obtiver, no mínimo, quatro (4,0) como média das duas notas parciais.
- Ao aluno que não comparecer ao exame final da disciplina será atribuída a nota zero (0,0), salvo os casos previstos nas normas institucionais.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

5.2 Disciplinas de Formação Básica Geral

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Métodos Quantitativos aplicados a Economia	404	Métodos Quantitativos I	1	1/2	0	136
Métodos Quantitativos aplicados a Economia	404	Métodos Quantitativos II	2	1	0	68
Contabilidade	406	Análise das Demonstrações Contábeis	1	2	0	68
Administração	403	Gestão Empreendedora	2	1	0	68
Direito	603	Instituições de Direito	1	1	0	68
Teoria Econômica	404	Introdução à Economia	1	1/2	0	136
Sociologia	501	Sociologia	2	2	0	68
Educação*	501	Cidadania e Sociedade	4	1/2	0	68
Total de Carga Horária						680

* Disciplina Ofertada na modalidade a distância

5.3 Disciplinas de Formação Específica Profissional



ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
História Econômica	504	História Econômica Geral	1	1	0	68
História Econômica	404	História do Pensamento Econômico	3	1/2	0	136
História Econômica	404	Economia Brasileira I	1	2	0	68
História Econômica	404	Economia Brasileira II	3	1/2	0	136
Métodos Quantitativos Aplicados à Economia	404	Estatística Econômica	2	1/2	0	136
Teoria Econômica	404	Microeconomia I	2	1/2	0	136
Teoria Econômica	404	Contabilidade Social	2	1	0	68
Teoria Econômica	404	Economia Política	2	2	0	68
Teoria Econômica	404	Macroeconomia I	2	2	0	68
Teoria Econômica	404	Macroeconomia II	3	1/2	0	136
Métodos Quantitativos Aplicados à Economia	404	Econometria	3	1/2	0	136
Teoria Econômica	404	Microeconomia II	3	1	0	68
Teoria Econômica	404	Finanças Públicas	3	2	0	68
Teoria Econômica	404	Economia Monetária	4	1	0	68
Trabalho de Conclusão de Curso	404	Técnicas de Pesquisa em Economia	1	2	0	68
Teoria Econômica	404	Economia Internacional	4	1/2	0	136
Trabalho de Conclusão de Curso	404	Monografia	4	1/2	0	34
Economia Aplicada	404	Economia Financeira	1	1	0	68
Economia Aplicada	404	Mercados Financeiros	4	2	0	68
Economia Aplicada	404	Elaboração e Análise de projetos	4	1/2	0	136
Total de Carga Horária						1870

5.4 Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento

As disciplinas de diversificação e aprofundamento serão ofertadas na quarta série, serão duas disciplinas a serem realizadas.

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Economia Aplicada	404	Economia de Empresas	4	1/2	0	68
Economia Aplicada	404	Perícia Econômico-Financeira	4	1/2	0	68
Teoria Econômica	404	Economia do Agronegócio	4	1/2	0	68
Desenvolvimento Econômico	404	Desenvolvimento Econômico	4	1/2	0	68
Economia Aplicada	404	Tópicos em Econometria	4	1/2	0	68



Economia Aplicada	404	Tópicos Especiais em Economia I	4	1/2	0	68
Economia Aplicada	404	Tópicos Especiais em Economia II	4	1/2	0	68
Teoria Econômica	404	Economia Regional	4	1/2	0	68
Temas Transversais	510	Libras – Língua Brasileira de Sinais	4	1	0	51
Total de Carga Horária						136

5.5 Estágio Curricular Supervisionado

Não Há Estágio Supervisionado.

5.6 Disciplinas com Aulas Práticas, Experimentais e/ou Laboratoriais

Não Há Aulas Práticas, Experimentais Ou Laboratoriais No Curso.

5.7 Extensão como Componente Curricular

5.7.1 Disciplinas:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Extensão	404	Experiências Extensionistas I	2	1/2	47	170
Extensão	404	Experiências Extensionistas II	3	1/2	53	187

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)	0
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	357
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10%

* Mínimo de 10% da CH Total do Curso conforme Res. CNE/CES 7/2018

5.8 Disciplinas na Modalidade de Educação a Distância

5.8.1 Disciplinas:

GRUPO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Educação	501	Cidadania e Sociedade	4	1/2	0	68

5.8.2 Carga Horária:

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	68
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	2%

*máximo de 20% em relação à CH Total do curso (cf. art. 19, Res. UNIV 11/2017)

5.9 Atividades complementares ou Acadêmico Científico-Culturais



O aluno do Curso de Ciências Econômicas, para obter sua graduação, deverá cumprir uma carga horária mínima de 408 (quatrocentas e oito) horas em atividades complementares, conforme estabelecido no currículo do Curso e divulgado no Manual do Acadêmico, definidas neste Regulamento e reconhecidas pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

5.10 Organização do Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com a Regulamento de Monografia do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas (Resolução CEPE nº 119/2005), a Monografia consiste em um trabalho de graduação a ser elaborado individualmente pelo aluno, sob a orientação de um professor da instituição de ensino, na disciplina Monografia, desde que este esteja de acordo com o tema escolhido pelo aluno e que o aproveitamento seja para a área de interesse do curso. (Art. 1º)

A disciplina Monografia é obrigatória para a obtenção do diploma e tem uma carga horária de 272 horas, sendo que destas, 34 horas são destinadas à orientação individual.

A elaboração da Monografia implica em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação. (Art. 2º §2º)

A Monografia tem por objetivo geral propiciar ao aluno a aquisição e aprofundamento dos fundamentos teóricos da área de estudo e desenvolvimento da análise crítica dos problemas relativos à economia, preferencialmente à nacional. (Art. 3º)

5.10.1 Carga Horária Supervisão do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2023*	2.720	2.720

*Ano de implantação do novo currículo

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Resolução CEPE nº 119/2005	Monografia	34
RESOLUÇÃO CEPE No 027, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.	Libras – Língua Brasileira de Sinais	51
CEPE nº 015/2014	Atividades complementares	208
Resolução CEPE Nº 015 de 15/04/2014	Desenvolvimento econômico	68
Deliberação CEE/PR/ 02/2015	Cidadania e Sociedade	68
Res. CEPE 6/2020	Experiências Extensionistas I Experiências Extensionistas II	170 187
Deliberação CEE/PR/ 02/2016	-	-
Resolução CEPE 005 de 27/03/2018, sobre o projeto e TCC	Monografia	34
Resolução UNIV 011 de 22/06/2017	-	-
Resolução CEPE Nº 104 de 02/06/2009	Diversificada I Diversificada II	68 68
Resolução UNIV nº 11/2017	-	-
Resolução UNIV Nº 012 de 22/06/2017	-	-

(legislações específicas para temáticas que devem ser contempladas no currículo, excluindo-se as diretrizes específicas do curso)

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

404 – MÉTODOS QUANTITATIVOS I



Modelos econômicos: componentes de um modelo matemático; sistema de números reais; conceito de conjunto; relações e funções. Análise de equilíbrio em economia. Álgebra matricial voltada a economia: matrizes e vetores; operações com matrizes, determinantes. Análise estática comparativa: limites; derivadas de uma ou várias variáveis; regras de diferenciação. Otimização: máximo ou mínimo não condicionado e condicionado de primeira ordem com uma ou várias variáveis. Toda a ementa deve ser voltada a exemplos econômicos quando possível.

1. CALDEIRA, A. M.; SILVA, L. M. O.; MACHADO, M. A. S.; MEDEIROS, V, Z. Pré-Cálculo. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
2. CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006.
3. MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

504 – HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

Feudalismo e transição (1000 - 1700): caracterização do modo de produção feudal; esgotamento do feudalismo e surgimento do capital industrial. As transformações do Capitalismo entre os séculos XVIII e XIX: Revolução Industrial (1ª e 2ª fase, origens e desdobramentos). Da grande depressão do século XIX a primeira grande guerra. A economia capitalista até a 2ª Guerra: transformações econômico-sociais; a Guerra Fria. A crise do capitalismo a partir dos anos 70 e seus desdobramentos: aspectos econômicos, políticos e ideológicos; fim da Guerra Fria e crise do socialismo. Globalização: aspectos econômicos e políticos.

1. BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.
2. FLORENTINHO, Manolo & FRAGOSO, João. História Econômica. IN: CARDOSO, Cyro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Domínio da História. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
3. FRAGOSO, João. Desigualdade como pecado original. Inteligência, ano 2, nº 9, nov.1999/abr. 2000.
4. FRANCO JUNIOR, Hilário. O Feudalismo. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1988.
5. FRIENDEN, Jeffry. Capitalismo Global: história econômica e política no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
6. HAWKEN, Paul. Capitalismo Natural: Criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2000.
7. HOBBSAWM, Eric. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
8. HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
9. HOBBSAWM, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
10. HOBBSAWM, Eric. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
11. HOBBSAWM, Eric. Os Trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
12. REZENDE FILHO, Cyro. História Econômica Geral. São Paulo: Contexto, 1995.
13. THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capital indústria. IN: Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
14. WALLERSTEIN, Imanuel. O sistema mundial moderno, v. 1. Porto: Afrontamento: s.d.
15. WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

406 – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Aspectos introdutórios da contabilidade. Estrutura e análise das demonstrações financeiras. Análise horizontal e vertical. Análise através de índices. Análise dos prazos médios. Necessidade de capital de giro.

1. LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.
2. MARION, J.C. Contabilidade básica. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. MATARAZZO, D.C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
4. RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. São Paulo: Saraiva, 2005.

404 – HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A fase pré-científica da economia. Mercantilismo. Fisiocracia. A escola clássica: Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Bentham, Say, Sênior e Mill. A Revolução Marginalista: Jevons, Menger, Von Wieser, Von Böhm-Bawerk, Edgeworth e Clark. A escola neoclássica: Walras e Marshall. Institucionalismo. Joseph Schumpeter: considerações sobre o desenvolvimento econômico. John Maynard Keynes: as causas da instabilidade capitalista e a crítica à teoria ortodoxa. A escola keynesiana: os desenvolvimentos desde Keynes. Monetarismo. A Escola de Chicago e Novo Classicismo.

1. BRUE, S. L. História do pensamento econômico. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.
2. FEIJÓ, R. História do pensamento econômico. São Paulo: Atlas, 2007.

404 – INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Evolução da Ciência Econômica. Noções de Microeconomia. Noções de Macroeconomia. Relações com o Exterior. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Economia e meio ambiente

1. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
2. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. MANKIW, N.Gregory. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2005.
4. THOMAS, Janet M. Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria. 2ª edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016

404 – ECONOMIA FINANCEIRA

Conceitos básicos de matemática financeira: percentagem, variação percentual, aumentos percentuais sucessivos. Capitalização simples e composta. Desconto. Operações com taxas de juros: taxas equivalentes a juros compostos, índices de inflação, taxas de juros nominais e reais, tipos e terminologias das taxas de juros (taxas prefixadas e pós-fixadas, taxas nominais e efetivas, taxas over. As principais taxas de juros: CDI, Selic, TBF, TR e TJLP. Séries uniformes antecipadas, postecipadas e diferidas. Séries com pagamentos variáveis antecipados e postecipados. Séries com pagamentos não periódicos variáveis. Séries com mais de uma taxa de juros. Séries com período singular. Séries infinitas (perpetuidades). Modalidades de empréstimos oferecidas pelo mercado (conta garantida/cheque especial; hot money; crédito rotativo; desconto de títulos; empréstimos para capital de giro; vendor's program). Modalidades de financiamentos (CDC e CDC-I). Sistemas de amortização de empréstimos (sistema americano, sistema alemão, sistema francês e a tabela Price, SAC, SAM e SACRE).

1. ORTOLANI, E. M. Operações de crédito no mercado financeiro. São Paulo: Atlas, 2000.



2. RANGEL, A.S.; SANTOS, J.C.S.; BUENO, R.L.S. Matemática dos mercados financeiros: à vista e a termo. São Paulo: Atlas, 2003.
3. TOSI, A. J. Matemática financeira com ênfase em produtos bancários. São Paulo: Atlas, 2007.
4. ZENTGRAF, W. Matemática financeira. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

404 – ESTATÍSTICA ECONÔMICA

População e Amostra; Probabilidade; Distribuição de Frequência; Medidas de Tendência Central; Medidas de Dispersão, Esperança Matemática; Distribuição Binomial e Normal; Amostragens e Estimadores; Intervalo de Confiança; Testes de Hipótese; Teste de Qui Quadrado; Análise de Variância; Correlação e Regressão e Números Índices.

1. HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.
2. SARTORIS, A. Estatística e introdução à econometria. São Paulo: Saraiva, 2003.

404 – MICROECONOMIA I

Teoria do consumidor e Teoria da Produção e custos

Introdução: mercados e preços. Teoria do consumidor. Teoria da Firma. Concorrência Perfeita. Monopólio. Concorrência Monopolista. Oligopólio (Modelo de Cournot, Modelo de Bertrand, Modelo de Stackelberg, Firma Dominante). Teoria dos Jogos (Equilíbrio de Nash, Dilema do Prisioneiro, Jogos Repetitivos). Mercado de Fatores. Equilíbrio Geral e Bem-estar. Economias de escala e escopo. Diferenciação de produtos. Teoria dos custos de transação.

1. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
2. VARIAN, H. L. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

404 – ECONOMIA POLÍTICA

O método em economia política. A teoria econômica marxista e seus desdobramentos: mercadoria e dinheiro. Transformação do dinheiro em capital. A produção da mais-valia e a dinâmica da acumulação capitalista. Determinação do salário: aspectos fundamentais. Reprodução e acumulação de capital: concorrência, preço de produção, preço de mercado, tendência à queda da taxa de lucro. O pensamento de Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kalecki. Críticas à social democracia e ao socialismo soviético.

1. JOBIM, A.J. A macrodinâmica de Michal Kalecki. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
2. LENIN, V. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.
3. LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
4. MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
5. MARX, K. O capital: crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I V, 1985.
6. MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
7. MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: T. Queiroz, 1989.

404 – ECONOMIA BRASILEIRA I

Fundamentos históricos da colonização do Brasil. A dinâmica do sistema colonial. A economia agroexportadora no Século XIX. O Brasil no início do Século XX. A crise do café.

1. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.



2. BARROS DE CASTRO, Antônio. O modelo histórico latino-americano. In: BARROS DE CASTRO, Antônio. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
3. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
4. GREMAUD, Amaury P. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.
5. HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
6. MELLO, J.M.C. Capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1998.
7. PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996.
8. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil. São Paulo: IBEP Nacional, 1978.
9. SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.
10. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

403 – GESTÃO EMPREENDEDORA

Noções de empreendedorismo. Características das atitudes empreendedoras. Intraempreendedorismo. Alternativas de negócio—individual ou em parceria. Planejamento empresarial e plano de negócio: estudo de mercado, dimensão e localização. Elaboração e implantação de projetos. Gestão de Micro e pequenas empresas.

1. BERNARDI, Luis A. Manual de empreendedorismo e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.
2. DORNELAS, José Carlos Assis. Planejando incubadoras de empresas: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
3. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
4. GOMES, Nelson; NASSAR, Paulo. A comunicação da pequena empresa. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1998.
5. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: transformando ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 1997.
6. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
7. SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
8. TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
9. VALERIANO, Dalton L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. São Paulo: Makron Books, 2001.
10. CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.
11. WILLIAMS, Edward E. Plano de negócios: 25 princípios para um planejamento consistente. São Paulo: Publifolha, 2002.

404 – CONTABILIDADE SOCIAL

Conceitos básicos. Agregados macroeconômicos e identidades contábeis. As contas econômicas integradas e as tabelas de recursos e usos. Contas econômicas integradas por setores institucionais. Sistema de contas nacionais trimestrais. Balanço de pagamentos. Modelo insumo-produto.

1. FEIJÓ, Carmem Aparecida et al. Contabilidade social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. PAULANI, Leda; BRAGA, Marcio Bobik. A nova contabilidade social 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007
3. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.



603 – INSTITUIÇÕES DE DIREITO

Teoria da Empresa. Empresário. Estabelecimento empresarial. Sociedades Empresárias. Contratos Mercantis. Títulos de Crédito (Teoria Geral de Títulos de Crédito).

1. ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades Comerciais. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
2. ARNOLD, Paulo Roberto Colombo. Teoria geral do direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1998.
3. BORGES, João Eunápio. Curso de direito comercial terrestre. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
4. BULGARELLI, Waldírio. Direito comercial. 13ª ed. São Paulo: Atlas 1998.
5. DORIA, Dilson. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1998. 3º vol.
6. FAZZIO, Waldo Júnior. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2000.
7. FURTADO, Wilson. Curso de direito comercial. Curitiba: Juruá, 1999.
8. REQUIÃO, Rubens. Aspectos modernos de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1998. 3º Vol.
9. TOSCANO, Augusto. Curso de direito comercial. Campinas: Copola, 1998.

404 –MACROECONOMIA I

Longo prazo. Crescimento econômico. O modelo de Solow. O motor do crescimento. Modelo simples de crescimento e desenvolvimento. Crescimento endógeno. Teorias modernas do crescimento e desenvolvimento econômico.

1. JONES, C. I; VOLLRATH, D. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Elsevier Brasil, 2016.
2. BLANCHARD, O. Macroeconomia: teoria e política econômica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
3. DORNBUSCH, R; FISCHER, S. Macroeconomia. 5ª ed., São Paulo: Makron Books, 1994.

404 - MACROECONOMIA II

Medição da atividade econômica. Curto Prazo. O mercado de bens. Mercados financeiros. Modelo IS-LM. Médio Prazo. O mercado de trabalho. Oferta e demanda Agregada. Taxa natural de desemprego e Curva de Phillips. Inflação, atividade econômica e crescimento da moeda nominal. Extensões. Expectativas. Economia aberta. Regimes da taxa de câmbio.

1. BLANCHARD, O. Macroeconomia: teoria e política econômica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2017.
2. DORNBUSCH, R; FISCHER, S. Macroeconomia. 5ª ed., São Paulo: Makron Books, 1994.
3. FROYEN, R.T. Macroeconomia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
4. TADEU LIMA, G; SICSÚ, J; PAULA, L.F.R. Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus. 1999.
5. TADEU LIMA, G; SICSÚ, J. Macroeconomia da renda e do emprego: Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole. 2003.

404 – ECONOMETRIA

Aspectos metodológicos. Modelo de regressão linear simples. Modelo de regressão linear múltipla. Inferência estatística dos modelos de regressão. Modelos de regressão com variáveis binárias. Violação das hipóteses básicas. Modelos de equações simultâneas.

1. GUJARATI, D. N. & PORTER, D. C. Econometria Básica. 5.ed. São Paulo: Mcgraw Hill/Bookman, 2011.



2. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna. Tradução da 6ª edição. São Paulo: Cengage, 2017.

404 – ECONOMIA BRASILEIRA II

Economia brasileira no pós-guerra. O Estado, a industrialização e o mercado. A crise dos anos sessenta e o milagre econômico. O II PND e o endividamento externo. Choque externo dos anos oitenta. A inflação e a estabilização. As reformas econômicas nos anos noventa. O Brasil pós Plano Real. A conjuntura internacional: reflexos na economia brasileira. O Século XXI.

1. ABREU, M. P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 - 1989). São Paulo: Campus. 1990.
2. AVERBUG, Marcelo. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005.
3. BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
4. BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Revista de Economia Política. São Paulo, v.7, n. 2, p. 66- 80, abr/jun. 1987.
5. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Auge e declínio nos anos setenta. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 3, n. 2, p.103-129, abr./jun 1983.
6. BRESSER PEREIRA, L.C. A Crise dos anos 60. In: BRESSER PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1987. p. 122-145.
7. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os dois congelamentos de preços no Brasil. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 8, n.4, p. 48-66, out./dez 1988.
8. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise econômica e reforma do estado no Brasil. São Paulo: Ed. 34ª 1996.
9. BRITO, Paulo. Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004.
10. CARNEIRO, Ricardo M., A economia brasileira nos anos 80. Campinas: 1991. Tese de Doutorado
11. DATHEIN, R. Governo Lula: análise crítica dos resultados, das perspectivas e das alternativas às políticas econômicas adotadas. X Encontro de Economia Política, 2005.
12. FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p 507-550, dez. 1986.
13. OLIVEIRA, F.. A economia da dependência imperfeita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
14. OLIVEIRA, G., O Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo: Mandarim Editora, 1996.
15. PINHEIRO, A.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. O Brasil na década de 90: uma transição bem sucedida? Rio de Janeiro: BNDES. Texto para discussão n. 91, nov, 2001.
16. REGO, J.M.; MARQUES, R.M. Economia brasileira. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
17. SAAD FILHO, A; MORAIS, L. Neomonetarismo Tropical: a experiência brasileira nos anos noventa. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 22, n.1, p. 3-22, jan mar 2002.
18. SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 5-16, out/dez 1988.
19. TAVARES, M.C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1988.

404 – MICROECONOMIA II

Empresa, indústria e mercados. Concentração industrial. Barreiras estruturais à entrada. Estrutura de mercado e inovação. Aplicações da teoria dos jogos. Coordenação oligopolista. Prevenção estratégica à entrada. Organização das grandes corporações. Diversificação. Competências produtivas. Cooperação interindustrial e redes de empresas. Empresa



transnacional. Concorrência Schumpeteriana. Estratégias de inovação. Estratégias de propaganda e marketing. Estratégias de financiamento. Regulação econômica e defesa da concorrência. Política industrial. Política ambiental.

1. FREEMAN, Chris. A economia da inovação industrial. Campinas: Unicamp, 2008.
2. KON, Anita. Economia industrial. São Paulo: Nobel, 2000.
3. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

404 – ECONOMIA REGIONAL

A Economia Regional no Contexto da Ciência Econômica e da Ciência Regional. Conceito de Espaço e Região. Técnicas de regionalização. Desigualdades Regionais no Processo de Desenvolvimento Nacional. Teorias de Desenvolvimento Regional e Urbano. Estruturas Locacionais e Custos de Transferência. O Planejamento Regional e Urbano.

1. ABLAS, L. A. Q. Desequilíbrios regionais no desenvolvimento brasileiro. In: ROCCA, C. A. et alli (org.) Brasil 1980: os desafios da crise econômica. São Paulo: IPE/USP, 1988, p.119-147.
2. AZZONI, C. R. (org.). Onde produzir? Aplicações da teoria da localização no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1985.
3. CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000.
4. HADDAD, P. R. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB ETENE, 1989.
5. LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. F. & NABUCO, M. R. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.
6. RICHARDSON, H. W. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
7. SCHWARTZMAN, J. (org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

404 – TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA

O conhecimento científico. A investigação econômica. O planejamento da pesquisa e a coleta de informações e dados. O projeto de pesquisa: definição, estrutura, conteúdo e normas técnicas para sua elaboração. A monografia: definição, estrutura, conteúdo e normas técnicas para sua elaboração. Fontes de dados.

1. BORBA, Jason T. et alli. Monografia para economia. São Paulo: Saraiva, 2004.
2. DIEHL, Astor. A.; TATIM, Denise C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
3. MARION, J. C.; TRALDI, M. C.; DIAS, R. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas, 2002.
4. MATTAR, João. Metodologia na era da informática. 3ª ed. rev. atuali. São Paulo: Saraiva, 2008.

404 – ECONOMIA DE EMPRESAS

Introdução e metas da empresa, análise da demanda, curvas, estimativa da demanda, modelos de regressão linear e não linear, economia da produção, produção e programação linear, análise de custos, aplicação da teoria de custos, decisões sobre preço e produção, técnica e análise de preços.

1. ANDRADE, E.L. Pesquisa Operacional. LTC, 2007.
2. BRUNSTEIN, I. Economia de Empresas: Gestão Econômica de Negócios. 1ª ed.2005.



3. GUJARATI, D.N. Econometria Básica. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
4. MAGALHÃES, G.F.P. Teoria da demanda e do comportamento do consumidor. 2ª ed. Viçosa: UFV, 2005.
5. MCGUIGAN, J.M.; MOYER, R.C; HARRIS, F.H.B. Economia de Empresas: aplicações, estratégias e táticas. Cengage . 2016.
6. PRADO, D. S. Programação linear. Belo Horizonte. DG, 1999.

404 – PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA

A distinção entre Perito e Assistente Técnico. Tipos de perícia. Formulação de Quesitos. Revisão de Contratos de Crédito (Sistema Financeiro da Habitação; Conta Corrente; Leasing; Cédulas de Crédito Rural, Comercial e Industrial; Crédito Direto ao Consumidor). Diferentes índices de Correção Monetária. Cálculo dos Juros e da Correção. Avaliação Econômica de Empresas e Fundo de Comércio.

1. HOOG, Wilson Alberto Zappa. Fundo de comércio goodwill em: apuração de haveres, balanço patrimonial, dano emergente, lucro cessante e locação não residencial. Curitiba: Juruá, 2007.
2. HOOG, Wilson Alberto Zappa e PETRENCO, Solange Aparecida. Prova pericial contábil: aspectos práticos fundamentais. Curitiba: Juruá, 2001.
3. KRUSE, Marcos. Compêndio geral dos cálculos cíveis, vol. 1. 1ª ed. – Maringá: Editorial Pro Verbis, 2002.
4. ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Avaliação de sociedade: apuração de haveres em processos judiciais. São Paulo: Atlas, 2011.

404 – ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

Conceitos básicos da comercialização e visão sistêmica do agronegócio. Análise de mercados agrícolas. Comercialização agrícola e análise de preços: características dos produtos, produção, renda e consumo agrícola. Métodos de análise de sistemas de comercialização. Custos, margens e mark-ups de comercialização. Mercados futuros e derivativos agropecuários.

1. MAGALHÃES, G.F.P. Teoria da demanda e do comportamento do consumidor. 2ª ed. Viçosa: UFV, 2005.
2. MARQUES, P.V.; MELLO, P.C.; MARTINES, J.G. Mercados Futuros Agropecuários. São Paulo, Editora Elsevier, 2008.
3. MENDES, J T. G.; PADILHA JÚNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
4. MENDES, J T. G. Economia Agrícola: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Scientia. Et. Labor, 1989.
5. REIS, R.P. Fundamentos de economia aplicada. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

404 – FINANÇAS PÚBLICAS

O papel, as funções e as principais relações do setor público na economia. Teoria dos bens sociais: análise parcial e geral. Teoria da regulação. Teoria da escolha pública. Orçamento público: princípios orçamentários, o ciclo orçamentário e a hierarquia das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA). Receita pública: estágios e classificação. Teoria da tributação ótima. Sistema tributário nacional. Despesa pública: classificação e estágios. Dívida e endividamento público: medidas e formas de financiamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal.

1. ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. CARVALHO, José C. Oliveira. Orçamento público: teoria e questões atuais comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



3. NASCIMENTO, C. Elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
4. NASCIMENTO, Edson R. Gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006.
5. VILLAÇA, S.P.; CAMPOS, S.B. CARVALHO. Elaboração do Plano Plurianual (PPA). Rio de Janeiro: IBAM, 2001

404 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A problemática dos países retardatários. Crescimento, distribuição e mudança estrutural. Modelos de crescimento, fontes de crescimento. A perspectiva histórica do desenvolvimento. Poupança, investimento e o financiamento. Padrões de desenvolvimento. A economia e a questão ambiental: crescimento, desenvolvimento e meio ambiente; elementos básicos da questão ambiental; as principais correntes de pensamento da disciplina economia do meio ambiente.

1. JESUS, N. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1997.
2. JONES, CHARLES. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
3. KIM, L.; NELSON, R.R.(orgs.). Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente. Campinas: HUCITEC, 2009.
4. NELSON, R.R. As fontes do crescimento econômico. Campinas: HUCITEC, 2009.
5. LIMA, G.T; CARVALHO, V.R. Macrodinâmica do produto e da renda sob restrição externa: a experiência brasileira no período 1930-2004. In: I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, Campinas, 2008.
6. MUELLER, Charles. Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º reimpressão, 2012.

404 – ECONOMIA MONETÁRIA

Conceitos básicos. Sistema Financeiro Nacional. Sistema Financeiro Internacional. Teorias monetárias. Teoria da política monetária. O sistema de metas de inflação: antecedentes e funcionamento. Atuação do Tesouro Nacional: administração da dívida interna, a relação Tesouro - Banco Central, atuação do Banco Central no controle das reservas bancárias, o mercado de títulos públicos federais (open market) e a taxa Selic, dinâmica do mercado interbancário. O risco país e os ratings de crédito soberano.

1. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Copom. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ03-Copom.pdf> > Acesso em 10 jun. 2009.
2. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Risco-país. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ09-Risco-País.pdf>> Acesso em 10 jun. 2009.
3. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Regime de Metas para a Inflação no Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ10-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Inflação%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em 10 jun. 2009.
4. CARVALHO, F. C. et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
5. FEIJÓ, Carmem Aparecida, et al. Contabilidade Social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
6. FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. 17ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
7. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
8. TEIXEIRA, E. Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário. São Paulo: Saraiva, 2002.

404 – MONOGRAFIA



Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação docente, conforme regulamento próprio aprovado pelo CEPE. Apresentação do trabalho para Banca Examinadora.

501 – SOCIOLOGIA

Fundamentos: conceituação e classificação das ciências sociais. Objeto e método da sociologia. A sociologia de Durkheim. A sociologia de Karl Marx. A sociologia de Max Weber. A divisão social do trabalho na análise sociológica clássica. Estado e sociedade. Sociologia contemporânea.

1. COSTA, Maria Cristina. Sociologia: introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.
2. DE VITA, Álvaro. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Ática, 1987.
3. DEMO, Pedro. Sociologia: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.
4. DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
5. FREUND, J. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1980.
6. GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica. 31ª ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1989.
7. MEGALE, Francisco Januário. Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1989.
8. RAISON, Timothy. Os precursores em Ciências Sociais. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1971.
9. TRIVINOS, N.S. Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.
10. TRUJILLO, Ferrari Alfonso. Fundamentos de sociologia. São Paulo: Mc Braw Hill do Brasil, 1983.
11. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1973.

404 – MERCADOS FINANCEIROS

Análise de carteiras. Modelos de equilíbrio nos mercados de capitais. Títulos de renda fixa: formação da taxa de juros e de preços, administração de carteiras. Derivativos. Tópicos especiais em mercados financeiros.

1. BESSADA, Octavio. O mercado de derivativos financeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 299 p.
2. BRIGHAM, E.F; EHRHARDT, M. C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 1044p.
3. DUARTE JÚNIOR, Antonio Marcos. Gestão de riscos para fundos de investimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 182 p.
4. ELTON, E. J. ; GRUBER, M. J. ; BROWN, S. J. ; GOETZMANN, W. N. Moderna teoria das carteiras e análise de investimentos. São Paulo: Atlas, 2004. 602 p.
5. FERREIRA, Luiz Francisco Rogé. Manual de gestão de renda fixa. Porto Alegre: Bookman, 2004. 216 p.
6. HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções. 2ª ed. São Paulo: BM&F/Cultura, 1996. 448p.
7. HULL, J. Opções, futuros e outros derivativos. 3ª ed. São Paulo: BM&F, 2003. 609 p.
8. MÁLAGA, Flávio Kezam. Retorno de ações: modelo de Fama e French aplicado ao mercado acionário brasileiro. São Paulo: Saint Paul Editora, 2005. 199 p.
9. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p.
10. SHARPE, William. Investidores e mercados: seleção de carteiras, apreçamento de ativos e investimentos. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008. 218 p.
11. SILVA NETO, Lauro de Araújo. Derivativos: definições, emprego e risco. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 298 p.



12. VARIAN, Hal. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 807 p.
13. VEIGA, Rafael Paschoarelli. VAR – Value at risk: cálculo do VAR de uma carteira de renda fixa. São Paulo: Saint Paul Editora, 2005. 157 p.

404 – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Conceito de projeto. Relacionamento do projeto com o plano de negócios. A Estrutura e as Etapas de um Projeto. A Análise de Mercado. Localização. Escala e Aprendizagem. Recursos para o Projeto. Incerteza e Risco no Projeto. Métodos de avaliação com valor presente líquido. Métodos de avaliação com taxa de retorno. Métodos de avaliação alternativos: índice de lucratividade, valor futuro líquido, valor uniforme líquido, payback simples e descontado. Análise de risco do projeto.

1. FREZATTI, Fábio. Gestão da viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento. São Paulo: Atlas, 2008.
2. LAPPONI, Juan Carlos. Projetos de investimento na empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
3. WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 2008.

404 – ECONOMIA INTERNACIONAL.

Teoria clássica do comércio internacional: vantagens absolutas e comparativas. Modelo de Hecksher-Ohlin. Modelos de fatores de produção específicos.

1. BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo; CANUTO, Otaviano. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Makron, 2001.
3. SILVA, César Roberto Leite da; CARVALHO, Maria Auxiliadora de. Economia internacional. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

501 - CIDADANIA E SOCIEDADE

Conceito e histórico de cidadania. Direitos e deveres do cidadão. Ética. Cidadania e trabalho. Cidadania e educação. Diretrizes para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Princípios e características da educação inclusiva. Aspectos éticos, políticos e educacionais da inclusão sócio-pedagógica. Aspectos psicológicos, biológicos e sociais do uso de drogas lícitas e ilícitas. Dependência. Prevenção, recuperação, tratamento.

404 - TÓPICOS EM ECONOMETRIA

Aplicação teórica e tratamento empírico de modelos de regressão geral, modelos de regressão com painel de dados, modelos de séries temporais.

1. BUENO, R. L. S. Econometria de Séries Temporais. Cengage, 2011.
2. FERREIRA, P, G, C. Análise de séries temporais em R: um curso introdutório. São Paulo: Atlas, 2020.
3. GUJARATI, D. N. & PORTER, D. C. Econometria Básica. 5.ed. - São Paulo: Mcgraw Hill/ Bookman, 2011.
4. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna - Tradução da 6ª edição norte-americana- São Paulo: Cengage Learning, 2017.

404 – MÉTODOS QUANTITATIVOS II

Otimização: máximo ou mínimo não condicionado e condicionado de segunda ordem com uma ou várias variáveis. Economia dinâmica e cálculo integral: dinâmica e integração;



integrais indefinidas, definidas e impróprias. Tempo contínuo: equações diferenciais de primeira ordem. Toda a ementa deve ser voltada a exemplos econômicos quando possível.

1. CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006.
2. MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

404 – EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS I

Utilização da teoria para realização de extensão

404 – EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS II

Utilização da teoria para realização de extensão

510500 – LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Artefatos culturais surdos. O processo histórico da comunidade surda no mundo. Os parâmetros fonológicos principais da LIBRAS (CM.; P.A.; M) Legislação. Prática: (25h) Expressões corpóreo-faciais e campos semânticos: Alfabeto datilológico; Números; Identificação Pessoal; Saudações e Gentilezas; Formas; Cores; Verbos; Estabelecimentos; Profissões

404 – TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA I

Aspectos econômicos diversos

404- TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA II

Diversos aspectos econômicos

8. FLUXOGRAMA

ANEXO

9. RECURSOS HUMANOS

9.1 Corpo Docente

SÉRIE	CURRÍCULO VIGENTE		NOVO CURRÍCULO	
	EFETIVOS	COLABORADORES	EFETIVOS	COLABORADORES
1	6	2	6	2
2	9	0	9	0
3	6	1	6	1
4	6	2	6	2

9. 1.1 Classe

EFETIVOS	
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES
Titular	0
Associado	8
Adjunto	6
Assistente	4
Auxiliar	0
TOTAL	18



9.1.2 Titulação

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado	0	0
Especialista	0	0
Mestre	4	1
Doutor	14	3
TOTAL	18	4

9.1.3 Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE)	16
Tempo Integral (40 horas)	5
Tempo Parcial (20 horas)	1
TOTAL	22

(efetivos+colaboradores)

10. RECURSOS MATERIAIS

10.1 Materiais e Equipamentos

Ano	Descrição	Atual	Previsão	Custo estimado
2023	Quadro branco	4	4	-
2023	Projektor de multimídia	4	4	R\$ 16.000,00

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

Ano	Descrição	Atual	Previsão	Custo estimado
2023	Salas de Aula	4	4	-
2024	Salas de Aula	4	4	-
2025	Salas de Aula	4	4	-
2026	Salas de Aula	4	4	-

10.3 Biblioteca

Os estudantes do curso de economia têm à disposição a Biblioteca Central "Professor Faris Michael". O acervo do Sistema de Bibliotecas da UEPG é constituído de documentos referentes às áreas de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas, Sociais Aplicadas e Agrárias. As coleções são de livre acesso ao público em geral, e podem ser emprestadas aos membros da comunidade universitária inscrita no Sistema, observando-se a política de circulação prevista no Regulamento de Empréstimo. O acervo total de livros está representado por: 61.671 títulos e 98.503 exemplares e o acervo de períodos aproximadamente de 2.481 títulos e 111.290 exemplares.

11 ACESSIBILIDADE

O curso se localiza no Bloco D do campus central, conta com rampas de acesso à universidade e elevador para acesso ao andar do curso. Apesar de possuir banheiro para PCD, este precisa ser melhorado e mais bem adaptado as necessidades.

Ponta Grossa, 06/10/2022
COORDENADOR(A) DO CURSO

